

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## KENNETH WALTZ, REALISM AND INTERNATIONAL POLITICS

Nova York, Routledge, 2008, 361 pp.

**K**enneth Waltz decidiu reunir e apresentar uma boa parte dos seus artigos, publicados desde a sua tese até ao pós-11 de Setembro. A introdução serve para insistir nos malefícios da concentração excessiva de poder, já revelados na invasão do Iraque, mas cada um dos textos tem uma nota de apresentação própria.

O livro confirma a filiação realista, que já pode dispensar o prefixo «neo», no sentido em que Kenneth Waltz, com *Man, the State and War* e, sobretudo, com *Theory of International Politics*, se tornou a referência canónica do realismo na teoria das relações internacionais. A teoria é a primeira parte da sua antologia, que inclui o texto sobre Kant – *Kant, Liberalism and War* (1962) – bem como os comentários às críticas do seu clássico, o último enunciado da sua teoria geral – *Realist Thought and Neorealist Theory* (1990) –, bem como os dois artigos sobre a avaliação das teorias, publicados em 1997 e 2003. A política internacional

preenche a segunda parte do livro, desde a célebre elegia da bipolaridade – *The Stability of a Bipolar World* (1964) – até à sua análise das tendências multipolares do pós-Guerra Fria – *The Emerging Structure of International Politics* (1993) – e textos mais recentes, incluindo *The Continuity of International Politics*, publicado em 2002. Os assuntos militares correspondem à terceira parte, incluindo um ensaio menos conhecido de 1959 – *Reason, Will, and Weapons* – e, naturalmente, os textos sobre as virtudes da proliferação nuclear de 1990 e 1995. A última parte está virada para a *policy*, o tema forte de Waltz antes de desistir de tratar da política externa no seu clássico de teoria internacional, incluindo uma avaliação da política europeia de Nixon e Kissinger no ano da Europa – *America's European Policy Viewed in Global Perspective* (1974).

Os textos de Kenneth Waltz são uma referência obrigatória nos estudos de teoria das relações internacionais e a sua antologia é, naturalmente, um instrumento de trabalho indispensável. É também o retrato da melhor parte das reflexões de um investigador que marcou, decisivamente, a sua disciplina.

**STEPHEN BROOKS E WILLIAM WOHLFORTH, WORLD OUT OF BALANCE. INTERNATIONAL RELATIONS AND THE CHALLENGE OF AMERICAN SUPREMACY**

Princeton, Princeton University Press, 2008, 226 pp.

**W**illiam Wohlforth tem o mérito de ter sido o primeiro a enunciar uma definição da unipolaridade, no seu artigo «The stability of a unipolar world», publicado em 1990, que reproduz o mesmo título do célebre ensaio de Kenneth Waltz sobre a bipolaridade, publicado nos anos de 1970.

A tese de Wohlforth tem três elementos cruciais, que estão reiterados e actualizados no seu último livro, escrito em parceria com Stephen Brooks. O primeiro procura medir a concentração excepcional de poder numa única grande potência – os Estados Unidos – que é o resultado mais significativo da Guerra Fria. O segundo valoriza a natureza do regime político norte-americano, cuja transparência e previsibilidade tornam os Estados Unidos uma grande potência menos ameaçadora do que os anteriores pretendentes à hegemonia mundial. O terceiro recupera a relevância da posição geográfica, que torna a grande potência marítima uma ameaça remota, por comparação com as grandes potências contíguas que determinam a lógica de competição estratégica no continente euro-asiático. O novo livro desenvolve esses argumentos e acrescenta um factor adicional: a multiplicação de potências relevantes em cada uma das principais regiões internacionais não só as distingue dos velhos blocos regionais que travaram a II Guerra Mundial, como torna ainda mais difícil a qualquer das grandes potên-

cias emergentes vir a ser uma potência hegemónica regional, que é a condição prévia para poder vir a ser um *challenger* dos Estados Unidos – a Alemanha tem de contar com a França e a Grã-Bretanha, a China com o Japão e a Índia, mesmo a Rússia tem de ter em conta a Ucrânia. Essa circunstância serve para consolidar a unipolaridade e confirma a sua estabilidade. Pela primeira vez, neste livro Wohlforth e Brooks tratam também da questão da legitimidade – um tema obrigatório depois da invasão do Iraque. Os autores aceitam que os Estados Unidos não podem prescindir da legitimidade, mas insistem que também são as grandes potências quem tem o poder indispensável para fazer e desfazer as regras na política internacional. A lição do Iraque é importante para mostrar que se trata sobretudo de as desfazer e de as fazer bem.

**DAVID BALDWIN, THEORIES OF INTERNATIONAL RELATIONS**

Union Court, Ashgate, 2008, 712 pp.

**A**ntologia dos textos fundamentais das teorias (no plural) das relações internacionais de David Baldwin – professor de Teoria na Universidade de Princeton e editor do volume clássico sobre o neo-realismo e o neoliberalismo – é inovadora, tanto na sua organização, como na escolha dos textos.

Desde logo, David Baldwin dispensa quer os prolegómenos das teorias das relações internacionais, quer a fase inicial dos esforços de sistematização da disciplina, com excepção de textos emblemáticos

sobre problemáticas específicas, como os ensaios de Ernest Haas sobre a balança do poder ou de Arnold Wolfers sobre a segurança nacional, publicados ambos nos anos de 1950. Os primórdios heróicos – E. H. Carr, Martin Wight ou Hans Morgenthau – são postos de parte. Por outro lado, sem o referir explicitamente, o organizador concentra-se em três escolas – o realismo (o neo-realismo), o liberalismo (incluindo a Escola Inglesa) e o construtivismo, que toma, com vantagem, o lugar das escolas idealistas. As primeiras escolhas dos autores para o neo-realismo, para o liberalismo e para o construtivismo são canónicas – Kenneth Waltz, Hedley Bull e Michael Doyle, e Alexander Wendt, respectivamente – mas alargam-se para incluir também Robert Gilpin, Andrew Moravcsik e Helen Milner, e Martha Finnemore. Os textos, porém, não são todos escolhas óbvias e, quando possível, procuram trazer para a primeira linha ensaios menos conhecidos, como o «Realist thought and Neorealist theory» de Kenneth Waltz, publicado em 1990 no *Journal of International Affairs*, ou o «No one loves a political realist», de Robert Gilpin, um texto de 1996, publicado na *Security Studies*, que abre a colecção. Por último, a organização, seguindo uma regra de parcimónia, trata apenas de cinco temas – as escolas («Approaches» – as três correntes principais, com Gilpin, Waltz, Moravcsik, Bull, Milner, Finnemore), a política interna (incluindo os clássicos de Peter Gourevitch e Robert Putnam), a anarquia e as instituições (Mearsheimer, Keohane e Nye, Wendt), o poder (incluindo o ensaio de Baldwin sobre a medição do poder, publicado na

*World Politics*, em 1979) e a paz e a guerra, que termina com um novíssimo, Jack Levy. Todas as colecções de textos são parciais e incompletas, por definição, mas David Baldwin conseguiu fazer um retrato pertinente do estado da arte, sem se deixar prender pela voragem das modas.

**G. JOHN IKENBERRY, THOMAS KNOCK, ANNE-MARIE SLAUGHTER E TONY SMITH, THE CRISIS OF AMERICAN FOREIGN POLICY. WILSONIANISM IN THE TWENTY-FIRST CENTURY**

Princeton, Princeton University Press, 2009, 168 pp.

O maître-à-penser da nova geração de analistas estratégicos liberais, que vai marcar a política externa dos Estados Unidos com a nova administração do Presidente Barack Obama, publicou, nas vésperas da última eleição presidencial, um livro com Anne-Marie Slaughter, sua antiga colega em Princeton e actual directora do Policy Planning Staff do Departamento de Estado, com Thomas Knock e Tony Smith, com o título *The Crisis of American Foreign Policy*.

O título mais adequado é o subtítulo – *Wilsonianism in the Twenty-First Century*. Com efeito, o livro inclui duas visões contrastadas sobre a herança wilsoniana na viragem do século. Por um lado, Tony Smith, professor de Ciência Política na Tufts, argumenta que o internacionalismo democrático dos neoconservadores, que marcou a «tentação imperial» da Administração do Presidente George W. Bush, na resposta ao «11 de Setembro» no Afeganistão e no Iraque, representa a melhor tradição

wilsoniana – uma forma militarista de wilsonismo, ou um *wilsonisme botté*, na fórmula de Pierre Hassner, mas parte integrante dessa linha. Por outro lado, Anne-Marie Slaughter entende que a especificidade do wilsonismo é o multilateralismo, que se espera venha a caracterizar a Administração do Presidente Barack Obama. Para a nova responsável pela estratégia norte-americana, o paradigma do wilsonismo é a União Europeia, que se aproxima do modelo de Kant e de Wilson: «Wilson veria na União Europeia a realização da sua visão sobre a autodeterminação e a democracia.» Esta antecipação da «europeização» da política externa dos Estados Unidos marca uma ruptura com a orientação da Admi-

nistração do Presidente Bill Clinton, em que Anthony Lake e Madeleine Albright insistiam na necessidade de subordinar o multilateralismo aos interesses nacionais dos Estados Unidos – «multilateral when we can, unilateral when we must». O seu desígnio é, justamente, impedir que os desastres dos Estados Unidos no Iraque provoquem um regresso ao realismo: a linha justa não é nem o realismo, nem sequer o modelo rooseveltiano, mas o regresso às origens wilsonianas do liberalismo democrático: no novo século, a fórmula de Wilson – «to make the world safe for democracy» – continua a ser válida.

■ CARLOS GASPAR

## ÁSIA

**AHMED RASHID,  
DESCENT INTO CHAOS: HOW THE WAR  
AGAINST ISLAMIC EXTREMISM IS BEING  
LOST IN PAKISTAN, AFGHANISTAN  
AND CENTRAL ASIA**

Londres, Allen Lane, 2008, 484 pp.

Um autor que deixa os editores escolher títulos catastrofistas para os seus livros (já o tinha feito em 2000, com *Taliban: Militant Islam, Oil and Fundamentalism in Central Asia*) não parece merecer, à partida, grande atenção. Mas *Descent into*

*Chaos* apresenta-se como uma leitura fundamental, nem que seja pelo facto de ter sido certamente livro de cabeceira de Barack Obama e assim inspirar o mandato de Richard Holbrooke para «Afpak», como em Washington se chama à zona que passou a ser prioridade absoluta da nova Administração.

O argumento de Rashid, jornalista paquistanês com uma familiaridade invulgar com os principais actores e processos que marcam a região, é simples. A estratégia pós-11 de Setembro centrada no Iraque «falhou

o alvo por completo», e os Estados Unidos, a NATO e o mundo em geral, perderam uma soberba oportunidade para pacificar a região «mais importante para a estabilidade global» e que agora se apresenta como um autêntico «barril de pólvora». A sua crítica contra a Administração Bush é violenta – já debilitados pelo esforço inglório no Médio Oriente, os poucos recursos norte-americanos para a Ásia Central e do Sul foram esbanjados em ajudas militares ao regime de Musharraf, que todos menos os Estados Unidos reconheciam estar no poder a prazo e em nada contribuir para a pacificação da linha Durand.

Explica-se assim o que Rashid apelida de «falhanço monumental» para conter o extremismo islâmico que agora ganha força num Afeganistão em que os Taleban se reorganizam, a população continua cronicamente subdesenvolvida e a produção de ópio cresce exponencialmente. Para além do imenso Pachtunistão ingovernável, o que mais preocupa Rashid é a rápida expansão da Al-Qaida para o Usbequistão e as restantes quatro repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central.

O futuro da missão da NATO no Afeganistão, discutida de forma detalhada, assume uma relevância vital para evitar o colapso da região inteira, de Astana a Carachi, e é por isso que Rashid se insurge contra a falta de comprometimento dos países europeus que insistem em manter as suas forças nos quartéis ou ameaçam mesmo retirá-las do Afeganistão. A acusação é implícita, mas premente: a UE é míope a nível estratégico, ignorando que os seus interesses externos (e internos) também passam por esta zona do mundo.

**M. TAYLOR FRAVEL,  
STRONG BORDERS, SECURE NATION:  
COOPERATION AND CONFLICT IN CHINA'S  
TERRITORIAL DISPUTES**

Princeton, Princeton University Press, 2008, 376 pp.

**A** singular experiência europeia levou muitos teóricos pós-modernos a proclamar o fim da territorialidade como conceito estruturante da política internacional. Para compreender *Strong Borders, Secure Nation* é, antes de mais, necessário reconhecermos que a realidade política é bem diferente na Ásia, onde os estados ainda competem ferozmente para demarcarem e forjarem as suas identidades territoriais.

Mas a missão de Taylor Fravel é outra. Se as ascensões de grandes potências se dão tradicionalmente de forma conflituosa, muitas vezes despoletadas por quezílias territoriais, porque é que em 23 disputas fronteiriças desde 1949 a China só recorreu por seis vezes à força? O que explica esta relativa pacificidade chinesa, optando pela via negocial e por concessões territoriais aos seus vizinhos, em vez de explorar a sua superioridade bélica?

O jovem professor do MIT, um dos representantes da nova geração de sinólogos norte-americanos, recorre a uma miríade de métodos quantitativos (variáveis alternativas, indicadores de intensidade conflitual) e qualitativos (uma forte componente histórica sobre aos impérios Ming e Qing, materiais em língua chinesa inéditos) para descortinar porquê e quando é que a China decidiu recorrer à cooperação, ou alternativamente ao confronto, com os seus catorze países vizinhos ao longo de 23 mil quilómetros de fronteira.

A sua tese é robusta e contrária às teses vigentes sobre os conflitos territoriais interestatais. São precisamente os contextos marcados pela insegurança do regime chinês, como as insurreições por minorias étnicas nas regiões periféricas (Tibete 1959, Xinjiang 1962), ou a instabilidade política interna provocadas pela Revolução Cultural e pelas revoltas de 1989, que induziram Pequim a procurar entendimentos e a assumir compromissos com os seus vizinhos, trocando concessões territoriais por apoio externo. Foi nesses momentos de fraqueza interna que a China procurou segurar as suas fronteiras, muitas vezes incorrendo em perdas territoriais substanciais, de forma a poder consolidar o processo de integração nacional e a estabilidade interna.

Convém também sublinhar a segunda parte da sua tese, fundamental para quem procura descortinar o comportamento futuro do país. A China sempre recorreu à força (Índia, Vietname, Rússia, Taiwan, ilhas Spratly) em contextos marcados pela percepção de que estava a perder em termos de capacidade reivindicativa e negocial (*negative shifts in claim strength*) ou perante adversários com capacidades superiores. O próprio Fravel caracteriza as suas teses com sendo «boas notícias», sublinhando que a emergência da China poderá vir a ser conflituosa, mas nunca devido a questões territoriais. Para quem estuda as relações de Pequim com Nova Deli e Taipei, dois dos contenciosos ainda por resolver, a obra serve assim de excelente ponto de partida para descortinar as incertas implicações da ascensão chinesa para a segurança regional.

**KISHAN S. RANA,**  
**ASIAN DIPLOMACY: THE FOREIGN**  
**MINISTRIES OF CHINA, INDIA, JAPAN,**  
**SINGAPORE AND THAILAND**

Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2009,  
264 pp.

**N**o campo disciplinar das relações internacionais o crescente interesse pela Ásia traduz-se muitas vezes em duas abordagens diferentes, mas igualmente simplistas e insuficientes. Por um lado, a preponderância das teorias estruturalistas e neo-realistas tem incentivado a que se aborde a Ásia como uma mera extensão da arena vestfaliana ocidental. Nesta perspectiva, não temos mais do que um conjunto de unidades estatais asiáticas sem qualquer identidade ou característica histórico-cultural própria, simples *black boxes*. Por outro lado, subsiste a tentação novecentista de essencializar o Outro, neste caso «o asiático», interpretando os seus comportamentos diplomáticos e estratégicos como resultado quase-mecânico de supostas identidades milenares ou culturas estratégicas imutáveis.

Perante o facto indiscutível de que «sabemos pouco sobre as pessoas, os processos e as estruturas que estão a moldar a crescente influência dos actores asiáticos» (C. Raja Mohan), *Asian Diplomacy* assume-se como uma obra valiosa, analisando as diplomacias de cinco países. Kishan S. Rana, ex-embaixador da Índia e professor no Foreign Service Institute em Nova Deli, recolheu um conjunto impressionante de factos sobre estes cinco ministérios, analisando em detalhe a sua história, os seus modelos de organização, processos de recrutamento, formação e promoção, número e formato

das representações externas, o seu peso político e interação com outros ministérios e organismos estatais, entre outras informações e dados inéditos.

Para além da minúcia metódica e do seu valor empírico, a obra oferece também perspectivas valiosas de alguém que se movimenta como um *insider* nos círculos de decisão asiáticos – Rana cita interessantes afirmações «pouco diplomáticas» que conseguiu recolher durante dezenas de entrevistas anónimas. Introduce assim também o leitor ao jargão diplomático asiático, incluindo deliciosas referências à *duck diplomacy* e *poisoned shrimp strategy* de Singapura e uma análise crítica dos chamados «valores» ou «estilo diplomático asiático».

Embora caia por vezes na tentação culturalista, especialmente ao procurar impor às cinco estruturas diplomáticas um denominador asiático comum que não chega a definir satisfatoriamente, *Asian Diplomacy* é uma obra fundamental não só para diplomatas portugueses com interesses na Ásia, mas também para os estudiosos que se enquadram na tradição da sociologia, análise e estudo dos processos de decisão de política externa que ainda primam pelo seu eurocentrismo.

**VICTOR D. CHA,  
BEYOND THE FINAL SCORE:  
THE POLITICS OF SPORT IN ASIA**

Nova York, Columbia University Press, 2009, 182 pp.

**É** conhecida a «guerra do futebol» travada em 1969 entre El Salvador e as Honduras na América Central. Há quem

tenha analisado a «geopolítica do futebol» na Europa (Pascal Boniface). Mas pouco se trabalhou ainda sobre a importância do desporto na Ásia. É no seguimento dos monumentais Jogos Olímpicos organizados pela China em 2008 que Victor Cha escreve *The Politics of Sport in Asia*, em que analisa a instrumentalização política de que o desporto e os eventos desportivos têm sido alvo na Ásia contemporânea.

A obra deixa-se dividir em duas partes, de interesse distinto. Na primeira, Cha, ex-director para os assuntos asiáticos na Casa Branca, limita-se a uma ofensiva contra os que apelida de «puristas», isto é, os que defendem uma separação estanque entre o desporto e a política. Para ele é «um oxímoro pensar que os Jogos Olímpicos não são, ou não podem ser, um fenómeno político» e recorre a abundantes exemplos históricos para o provar, oferecendo assim uma análise detalhada sobre a «diplomacia de pingue-pongue» iniciada entre Nixon e Mao nos anos de 1970 ou as candidaturas, intrigas e boicotes que marcaram os Jogos de Tóquio (1964) e Seul (1988).

Para além desta dimensão mais teórica e histórica, destaca-se no entanto a análise sociológica. Cha argumenta que o desporto e os grandes acontecimentos desportivos são mesmo mais políticos na Ásia do que noutras regiões do mundo. Para tal, explica como as potências asiáticas têm recorrido ao desporto como um «factor de mudança» para «lubrificarem» as suas relações bilaterais e se projectarem como nações modernas, jovens e dinâmicas. Para as potências asiáticas o desporto apresenta-se como um indicador do seu poder internacional e compreende-se assim, por

exemplo, o aceso debate interno que os indianos travaram no seguimento dos Jogos de Atenas, dos quais regressaram com uma única medalha.

A análise que Cha faz dos Jogos Olímpicos de 2008 assume um papel central neste contexto, onde mais do que atrair investimentos e desenvolver infra-estruturas, importava a Pequim corrigir a antiquada imagem da China como *sick man of Asia* e solidificar o processo de integração nacional com recurso a um fervilhante espírito

nacionalista, que se traduziu por vezes em retórica e boicotes antiocidentais.

Para o contexto português, no seguimento dos primeiros Jogos da Lusofonia realizados em Macau, em 2006, e com a possibilidade de a sua terceira edição se vir a realizar na Índia (Goa), em 2013, *The Politics of Sport in Asia* serve de introdução acutilante a um continente em que o desporto é tudo menos apolítico.

■ CONSTANTINO XAVIER

## DEMOCRACIA E AUTORITARISMO

NICOLA PRATT,  
*DEMOCRACY & AUTHORITARIANISM  
IN THE ARAB WORLD*

Boulder, CO: Lynne Rienner, 2007, 236 pp.

**N**um momento em que as expectativas optimistas de democratização dos países do mundo árabe saíram frustradas, Nicola Pratt, professora na Universidade de East Anglia e editora associada do *British Journal of Middle Eastern Studies*, apresenta uma abordagem inovadora sobre as causas da persistência do autoritarismo na região. Pretendendo desafiar o determinismo presente na maioria das abordagens sobre os processos políticos do mundo árabe, a autora, através da análise do desenvolvimento dos sistemas políticos autoritários desde a época colonial, afirma que o autori-

tarismo não é produzido exclusivamente em função do tipo de regime no poder, mas resulta também de uma complexa teia de relações sociais. Para demonstrar a sua tese, Pratt estuda a evolução autoritária de cinco repúblicas – Argélia, Egipto, Iraque (até 2003), Síria e Tunísia – recorrendo à teoria da hegemonia cultural de Gramsci aplicada às relações entre Estado e sociedade.

Partindo do pressuposto de que a democratização da região não é inevitável nem impossível, a autora conclui que as causas da continuidade do autoritarismo nestes países estão relacionadas, por exemplo, com o contexto histórico do colonialismo que criou um sistema de estados-nações com uma presença muito acentuada do Estado com uma base social pouco estruturada levando os regimes a recorrer à criação de alianças corporativistas. A autora



oferece-nos assim a ideia de que a sociedade civil apoiou a emergência do Estado autoritário e permitiu a sua normalização ao ceder direitos civis e políticos em troca de bem-estar socioeconómico. Segundo Pratt, a orientação ideológica da sociedade civil poderá estimular a democratização, desde que formule um projecto anti-hegemónico (*counter-hegemonic*) em que as forças sociais desmontem o espectro referencial do regime numa «guerra de posição» (*war of position*) em questões de identidade nacional, das relações de género, do papel do Estado e de variados elementos da ordem política autoritária. Para Pratt, a derrota árabe de 1967 marcou o início de uma política de abertura (*infatih*) a novas alianças do regime com o capital privado, em que as promessas do nacionalismo pan-arabista ficaram por cumprir e a sociedade civil começou a desafiar o regime e o seu projecto hegemónico, e a formular alternativas, a que se seguiu um processo de desliberalização e repressão política. Daí o livro enfatizar a ideia que mais relevante do que a existência de movimentos pró-democracia na sociedade civil, é a continuação dos debates sobre as dinâmicas do sistema autoritário no seio desta que poderá contribuir para a erosão do autoritarismo na região.

**MARINA OTTAWAY E JULIA CHOUCAIR-VIZOSO (EDS.), BEYOND THE FAÇADE: POLITICAL REFORM IN THE ARAB WORLD**  
Washington, Carnegie Endowment for International Peace, 2008, 295 pp.

**A**ssumindo que as políticas de promoção democrática têm tido um reflexo

limitado no mundo árabe, este livro representa simultaneamente uma análise dos processos políticos que decorrem em diferentes países da região (Egipto, Jordânia, Síria, Palestina, Líbano, Argélia, Marrocos, Arábia Saudita, Kuwait e Iémen) e uma espécie de guia sobre os actores políticos ao explorar o potencial de reforma de cada um dos países, contando para isso com a colaboração de prestigiados especialistas.

Se os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 despertaram os Estados Unidos e o mundo para a necessidade de uma mudança política na região, o lançamento da Freedom Agenda de Bush indicou que a melhor estratégia de combate ao terrorismo implicava combater as suas causas através de reformas económicas e democráticas. Porém, e apesar de uma sucessão de manifestos democráticos na região, que não passaram de retórica, não se verificou uma mudança do paradigma político.

Ao procurar compreender qual o futuro político do mundo árabe, este livro tem como objectivo primordial identificar as reformas significativas com capacidade de alterar a distribuição de poder e a natureza do sistema político. Desta forma, conclui que a maioria das medidas introduzidas não passam de reformas cosméticas que promovem uma liberalização do sistema (muitas vezes despoletada pela pressão externa) sem ameaçar a balança de poder, como a realização de eleições que, quanto muito, possibilita a emergência de uma democracia formal e de fachada (regimes semi-autoritários, na definição de Marina Ottaway). Por outro lado, por terem origem nos próprios regimes vigentes e

serem apoiadas pelas potências externas que não desejam quebrar a estabilidade destes países, as medidas de reforma são orientadas sobretudo para garantir a manutenção e sobrevivência do regime e da sua elite governante.

Reconhecendo a peculiaridade de cada estudo de caso, o livro acaba por indicar que os países em melhores condições de proceder a uma mudança de regime serão o Kuwait e Marrocos (apesar da prevalência do poder executivo sobre os restantes). No entanto, o livro alerta também que qualquer mudança significativa não é irreversível e que liberalização não significa, de modo algum, democratização. Ao longo dos diferentes capítulos, os autores acabam por deixar algumas recomendações: as potências estrangeiras devem ficar-se pela defesa e promoção das liberdades políticas e pela promoção da inclusão dos movimentos/partidos islamitas na vida política, pelo que a sua acção deve passar por pequenos passos numa visão a longo prazo.

**HENNER FÜRTIG (ED.),  
THE ARAB AUTHORITARIAN REGIME  
BETWEEN REFORM AND PERSISTENCE**

Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2007, 157 pp.

**H**enner Fürtig, investigador sénior do GIGA, Institute of Middle East Studies de Hamburgo, é o editor de um livro que poderia muito bem ser um manual escolar sobre mudança política no mundo árabe. Representa um interessante trabalho de sistematização e problematização das questões relacionadas com a perma-

nência do autoritarismo na região aplicadas a quatro estudos de caso: Egipto, Síria, Marrocos e Palestina (onde se inclui um subcapítulo sobre a alegada relação entre este fenómeno e o conflito israelo-árabe).

No primeiro capítulo, Martin Beck aborda as diferentes questões associadas a esta temática. O autor contrapõe teorias e argumentos, tais como a distinção entre democratização e liberalização, as causas da resistência da região à democratização e os actores da reforma, acabando por concluir que a liberalização económica e política que muitos regimes conheceram desde a década de 1990 consistiu numa estratégia para gerir a crise política e económica vivida e garantir a sua permanência no poder, diminuindo as pressões internas e externas para maior abertura, e aumentando a sua legitimidade.

Deste modo, a liberalização deverá ser entendida como oposta à democratização e não uma fase do processo de transição democrática, sendo que o Egipto representa um bom exemplo desta estratégia, em que as medidas de abertura política permitiram ao regime «olear o seu mecanismo» autoritário (p. 137).

Já a Síria, com um processo de liberalização de índole essencialmente económica, tem seguido uma estratégia cautelosa, baseada na experiência egípcia. Por outro lado, no capítulo das reformas políticas, Marrocos, mesmo com as limitações impostas pelo carácter sagrado e inviolável do rei, pelas características do seu sistema político, é mais uma vez apontado como o país mais liberal, mas sem perspectivas de se democratizar.

Uma das conclusões mais relevantes deste livro encontra-se no capítulo sobre a Palestina, em que os autores afirmam que não é necessário existir um Estado nem uma soberania nacional incontestável para que exista uma autocracia liberalizada, e que o conflito israelo-árabe não pode ser considerado um elemento decisivo para a persistência do autoritarismo no país e na região sendo, isso sim, um bom pretexto.

De um modo geral, o livro vem reforçar a ideia de que, no mundo árabe, a liberalização ainda é oposta à democratização.

**JASON BROWNLEE,  
AUTHORITARIANISM IN AN AGE  
OF DEMOCRATIZATION**

Nova York, Cambridge University Press, 2007, 264 pp.

Com o objectivo de compreender o porquê da sobrevivência do autoritarismo em regimes que, através da realização de eleições, desejam apresentar uma capa democrática, Jason Brownlee, professor na Universidade do Texas, recorre à análise do papel dos partidos dominantes do regime e à forma como estes contêm conflitos de elite, cuja coesão impede que a oposição possa beneficiar do sistema multipartidário, aplicada aos casos do Egipto, da Malásia, do Irão e das Filipinas.

Com este propósito, o autor desafia em certa medida uma das premissas da teoria do autoritarismo competitivo, ao afirmar que a manipulação da realização de elei-

ções competitivas não é suficiente para explicar o fenómeno da persistência autoritária. Adianta que a chave estará nos partidos dominantes enquanto instituição que influencia a criação da agenda política do regime, bem como o comportamento das elites, pelo que a oposição fica com uma reduzida margem de manobra na competição pelo poder.

A partir daí, Brownlee estuda a formação dos partidos dominantes nos quatro países (ou a sua ausência), o que lhe permite traçar a distinção entre os processos autoritários no Egipto e na Malásia, com a existência de partidos fortes, e os casos do Irão e das Filipinas, que ilustram situações em que os partidos do governo são fracos ou mesmo inexistentes, e onde a incapacidade de regulação do conflito entre as elites pode ameaçar a existência do próprio regime, como aconteceu nas Filipinas de Ferdinand Marcos.

Deste livro extraímos a ideia de que a existência de partidos dominantes é útil para a saúde dos regimes autoritários, apesar do caso do Irão o contradizer, onde desde a Revolução de 1979 coexistem diversas forças e tendências políticas numa tensão que, no entanto, não levou ao desaparecimento do regime islâmico. Mas então, quais serão as outras formas de controlar o conflito entre elites do regime? Esta é a pergunta que fica após a leitura deste livro, o qual será seguramente útil para os decisores e conselheiros políticos da promoção democrática.

■ ISABEL ALCARIO